



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

A Secretaria de Educação e Cultura comunica as datas para apresentação dos documentos para o 10º chamamento no Processo Seletivo 001/2010, para contratação do ano letivo de 2011.

DATA	HORÁRIO	CARGO	CANDIDATOS CLASSIFICADOS
28/01/2011	8h30min às 12h	PROFESSORES EDUCAÇÃO INFANTIL (retornando ao início da lista, para os candidatos que não compareceram no 1º chamamento)	05,06,12,18,21;26 27,28;31, 34,38,41,43,44, 45, 47, 48
28/01/2011	8h30min às 12h	PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA	Nº 10 e 11
		PROFESSOR DE MATEMÁTICA	Nº 10 e 11
		PROFESSOR DE GEOGRAFIA	Nº 06
		PROFESSOR DE CIÊNCIAS	Nº 08 e 09
		PROFESSOR DE ARTE	Nº 05 (retornando ao início da lista, para o candidato que não compareceu no 1º chamamento)
		PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA	Nº 05
		PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Nº 23 e 24

Os candidatos acima classificados deverão se apresentar na Secretaria de Educação e Cultura, situada a Rua Goiânia – 104 – Centro – Camboriú, nas datas e horários estabelecidos.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Segue abaixo relação de documentos e declarações que deverão ser apresentados no ato da escolha de vaga:

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO (ACT' S)

Devem ser apresentadas cópias dos seguintes documentos, juntamente com o original para conferência:

CÓPIAS
RG
CPF
Título de eleitor
PIS/PASEP
Certificado de reservista (se masculino)
Comprovante de residência
Comprovante de inscrição no conselho de classe, CREF (quando couber)
Comprovante do nível de escolaridade exigido para o cargo (conforme Edital)
Certidão de casamento
Certidão de nascimento de filhos menores
DOCUMENTOS ORIGINAIS
CTPS (folhas da foto, verso e PIS)
02 fotografias 3x4
Atestado médico admissional saúde física
Atestado médico saúde mental
Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90 (em anexo).
Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos (em anexo).
Declaração de acumulação legal de cargo público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho (em anexo).
Declaração de IR
Declaração de bens ou de não possuir bens (em anexo).
Declaração de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos.
Declaração de antecedentes criminais.
OUTRAS INFORMAÇÕES
Nº da conta e banco
Autorização para depósito na conta supra (em anexo).
Carteira de Manipulação de Alimentos para o cargo de MERENDEIRA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

AUTORIZAÇÃO DE DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,....., portador(a) do CPF nº. e RG nº. autorizo o depósito, referente a minha remuneração salarial no Banco Itaú na Agência N°....., conta da cidade de **Camboriú.**

Assinatura do servidor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,/...../.....



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., não sofri, no exercício de função pública as penalidades previstas no art. 137 e parágrafo único da Lei 8.112/90.

Lei 8.112/90 = Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 117. Ao servidor é proibido:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III - recusar fê a documentos públicos;
- IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;
- V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;
- VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;
- IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; [\(Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

- XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;
- XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;
- XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;
- XV - proceder de forma desidiosa;
- XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;
- XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;
- XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;
- XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado. [\(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97\)](#)

Parágrafo único. A vedação de que trata o inciso X do caput deste artigo não se aplica nos seguintes casos: [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. [\(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008\)](#)

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

- I - crime contra a administração pública;
- II - abandono de cargo;
- III - inassiduidade habitual;
- IV - improbidade administrativa;
- V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;
- VI - insubordinação grave em serviço;
- VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;
- VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;
- IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;
- X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- XI - corrupção;
- XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;
- XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Por ser verdade, assino o presente.

ASS: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC, ____/____/____.

“Camboriú, uma cidade feliz por natureza”
Rua Goiânia – 104- Centro – Camboriú – (47) 336540020



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que eu, _____ portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº _____, exerço o Cargo Público de _____, lotado na Secretaria _____, com carga horária de _____, na cidade de _____, estando desta forma amparado pela alínea c, do inciso XVI, do artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por ser verdade, firmo a presente.

Camboriú (SC), _____ de _____ de 2010.

DECLARANTE



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que eu,
_____, portador da cédula de
identidade nº _____ e inscrito no CPF/MF sob nº
_____, não acumulo Cargos Públicos ou de Condições de Acumulação
Amparada pela constituição.

Por ser verdade, afirmo o presente.

Camboriú(SC), _____ de _____ de 2011.

Declarante



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., não tenho bens imóveis a declarar.

Por ser verdade, assino o presente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,

Declarante



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e a quem interessar possa que eu,..... portador(a) do CPF nº..... e RG nº....., tenho os seguintes bens:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)

Por ser verdade, assino o presente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú - SC,